

TURISMO E RECURSOS HÍDRICOS: Uma Análise da Relação Entre o Desenvolvimento Turístico e os Recursos Hídricos na Área Proposta da APA das Nascentes do Rio Itapicuru

Erotilde Damasceno Salvador Neta[1]
Gustavo Hees de Negreiros[2]

Palavras-chave: Água; Conservação Ambiental; Sustentabilidade;

INTRODUÇÃO

A água é um recurso essencial para a vida e também para o desenvolvimento socioeconômico, seja ele local, regional, ou global, e a gestão sustentável deste recurso natural também é considerado um grande desafio, pois envolve diversos fatores tais como a água para uso humano, para a agricultura, pecuária, o desenvolvimento industrial e também a preservação ambiental. O desequilíbrio no uso da água muitas vezes é direcionado ao desperdício durante o uso doméstico, no entanto, no cenário atual podemos relacionar a escassez dos recursos hídricos a poluição, conflitos de interesse, infraestrutura inadequada, distribuição desigual, crescimento populacional, e mudanças climáticas. A água quando está relacionada ao desenvolvimento turístico torna-se um elemento fundamental, mesmo que este não esteja diretamente relacionado ao que se está buscando ao frequentar determinado local, para determinar um grau de importância do uso da água no turismo devemos considerar diversos fatores, tais como: a água como um atrativo natural e econômico (objetivo central deste trabalho), a qualidade da água e a experiência turística, infraestrutura e saneamento, sustentabilidade e conservação, e por fim, impacto do consumo turístico gerado.

[1] Licencianda em Geografia, Universidade Federal do Vale do São Francisco.
[2] Doutor, Professor do Colegiado de Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

O objetivo geral deste trabalho é analisar as interações entre o turismo e os recursos hídricos na Proposta de APA das Nascentes do Rio Itapicuru (BA), identificando e mapeando os atrativos turísticos vinculados a esses recursos, com base em critérios quali-quantitativos, analisar os impactos positivos e negativos das atividades turísticas no meio ambiente e propor práticas sustentáveis para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da APA.

Especificamente pretendemos, identificar e mapear os atrativos e potenciais atrativos turísticos na área proposta para a APA Nascentes do Itapicuru, relacionar os atrativos turísticos aos recursos hídricos na área Proposta da APA das Nascentes do Rio Itapicuru, analisar as interações existentes entre o turismo e os recursos hídricos compreendendo de quais maneiras essas atividades turísticas estão interligadas aos recursos hídricos disponíveis na região, e, propor de políticas e práticas mais eficazes para a sustentabilidade socioambiental da APA.

Para atingir os objetivos propostos na investigação, utilizaremos os seguintes materiais e métodos: revisão da literatura consistindo da análise teórica de publicações relacionadas aos conceitos: recursos hídricos e turismo e APAs, além de outras publicações, relatórios e produções não publicadas, disponibilizadas através das disciplinas de Núcleo Temático ofertadas pelo Colegiado de Geografia da UNIVASF, que possuam um vínculo com a área determinada para o estudo. Levantamento de dados primários e secundários sobre a APA das Nascentes do Rio Itapicuru, área esta que foi subdividida em 18 microrregiões turísticas pelo Professor responsável para estudo durante os Núcleos Temáticos a partir de (2020), essa subdivisão caracterizou-se principalmente através da percepção das dinâmicas ou rotas de visitação de cada uma das regiões apresentadas. O levantamento de dados foi desenvolvido pelos estudantes de graduação dos cursos de Ciências da Natureza, Ecologia e Geografia, no âmbito das disciplinas de Núcleo Temáticos da UNIVASF nos anos de 2020 e 2023. Os Núcleos Temáticos tinham com foco principal o estudo do desenvolvimento socioeconômico e sustentável da região onde a Universidade está inserida e atua. A pesquisa feita pelos estudantes concentravam-se na marcação das áreas caracterizadas através da pesquisas anteriores como atrativos turísticos em potencial, a partir de dados geoespaciais e uso de ferramentas de geoprocessamento e o mapeamento de campo, em específico o *Quantum Gis (QGis)* e o *Google Earth Pro*, desenvolvimento de mapas das microrregiões turísticas, produção de um quadro de informações sobre os atrativos turísticos com as seguintes informações: nome do atrativo, descrição, tipo de domínio (público ou privado), e observações complementares. Outros tópicos estudados por área foram os tipos de equipamentos e serviços disponíveis, condições de operação, envolvimento comunitário/associativo, Situação, potencial de desenvolvimento, gargalos e medidas necessárias e Estruturas de controle e gestão do turismo / situação de desenvolvimento ou consideração - locais, municipais e regionais. A partir dos dados disponibilizados separamos os atrativos turísticos que estão relacionados aos recursos hídricos de forma direta ou indireta e analisamos o impacto da atividade turística nas comunidades, seja este impacto positivo ou negativo do ponto de vista da preservação, e também se ele gerou desenvolvimento econômico para os nativos. Deste modo, busca-se compreender como as interações entre atrativos turísticos e recursos hídricos podem orientar estratégias de turismo sustentável principalmente de base comunitária, contribuindo para a conservação hídrica e o desenvolvimento socioeconômico da região.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O turismo configura-se com um fenômeno complexo e multifacetado, cujas definições variam conforme perspectivas teóricas, contextos socioeconômicos e abordagens institucionais. No cenário brasileiro, sua regulamentação e promoção são articuladas por uma rede de instituições em diferentes escalas. Em âmbito internacional, destaca-se a Organização Mundial do Turismo (OMT), responsável por diretrizes globais que orientam políticas setoriais. Nacionalmente, o Ministério do Turismo (MTUR) e o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) atuam como pilares estratégicos na formulação de normas, planejamento e fomento à atividade. Complementarmente, os estados e municípios dispõem de estruturas, como secretarias e departamentos especializados, para adaptar ações às particularidades de cada região.

Desta forma, podemos entender que o turismo e as atividades turísticas são enquanto fenômenos sociais e econômicos, e apresentam definições que refletem suas múltiplas dimensões. Segundo a OMT (1994), configura-se como um "conjunto de atividades realizadas durante viagens e estadias em lugares diferentes do entorno habitual, por um período inferior a um ano", destacando critérios temporais e espaciais. Complementarmente, a EMBRATUR (1992) enfatiza seu caráter socioeconômico ao defini-lo como uma "atividade econômica que se caracteriza com um conjunto de relações e fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora de seu lugar de domicílio, que não sejam relacionados ao trabalho rotineiro e nem para auferir renda".

Essas perspectivas, embora distintas, convergem ao articular mobilidade, temporalidade e motivação como eixos centrais do turismo. Enquanto a OMT estabelece parâmetros técnicos para sua delimitação, a EMBRATUR amplia sua análise ao integrar implicações econômicas e sociais. A síntese dessas abordagens oferece uma base conceitual robusta para compreender o turismo tanto como pratica humana quanto como setor estratégico, aspecto fundamental para discussões teóricas e aplicadas no âmbito desta pesquisa.

A região das Serras de Jacobina como é popularmente conhecida, localizada no norte da Bahia, integra o extremo norte da Cadeia do Espinhaço, um importante sistema montanhoso brasileiro que se estende desde o Estado de Minas Gerais até o Estado da Bahia. A área é caracterizada principalmente por um relevo montanhoso com altitudes que variam entre 500 e mais de 1.200 metros, e é conhecida pela riqueza em recursos hídricos, biodiversidade e potencial turístico (SEI, 2014). As Serras da Jacobina representam uma porção significativa do Bioma Caatinga, possuindo também áreas de transição para Mata Atlântica e Cerrado, em algumas partes. Por sua grande relevância ecológica, essas áreas são responsáveis pela proteção das nascentes que alimentam os rios como o Itapicuru, que dá nome a nossa Bahia Hidrográfica, além de abrigarem diversas espécies endêmicas (MMA, 2010). As Serras de Jacobina também são fundamentais para o desenvolvimento econômico regional, pois possui diversas empresas mineradoras, garimpos e empresas eólicas em funcionamento e em fase de licenciamento, além do turismo em fase de desenvolvimento. A presença das formações rochosas antigas da Cadeia do Espinhaço, atesta a antiguidade geológica da região, o que confere à paisagem um grande interesse científico, econômico e turístico (IBGE, 2004). Devido a sua grande importância tanto biótica quanto abiótica, as Serras de Jacobina se enquadra na necessidade de criação de uma Área de Proteção Ambiental (APAs).

Conforme os autores Mendes e Silva (2021), A Serra da Jacobina possui uma grande riqueza biodiversa, com diversos tipos de vegetação, como cerrado, mata atlântica, caatinga

e campos rupestres. Apresenta recursos hídricos variados, como nascentes, rios, cachoeiras e poços, na região também existem grutas, sítios arqueológicos e comunidades tradicionais, diferenciando-se da região ao seu redor, oferta aos seus moradores e visitantes vistas panorâmicas exuberantes, tornando a Serra da Jacobina destaque em meio a paisagem. Concentra também recursos geológicos de grande valia como o ouro, calcário, manganês e outros minérios, extração de quartzito e pedras ornamentais, garimpos de ouro e de esmeralda, este último com as maiores esmeraldas já encontradas no mundo, de acordo com Negreiros (2021). A serra da Jacobina abrange uma área de aproximadamente 220 km, entre os municípios de Miguel Calmon e Jaguarari, na região Centro-Norte da Bahia.

A APA, sigla para Área de Proteção Ambiental, é uma categoria de unidade de conservação no Brasil, instituída pelas Leis 6.902/1981 e 9.985/2000, as APAs integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (2000) através do Art. 15, na sua definição as Áreas de Proteção Ambiental são extensas áreas naturais que permitem a ocupação humana, mas com atividades compatíveis com a preservação ambiental, e podem ser criadas em áreas públicas ou privadas. Em áreas públicas, a gestão é feita por órgãos específicos, enquanto em áreas privadas, os proprietários definem as regras, seguindo as leis ambientais. O objetivo principal das APAs, segundo a Lei do SNUC, é a proteção dos recursos naturais, como a água, a flora e a fauna, promovendo principalmente o desenvolvimento sustentável da região em que está inserida. Dentre suas características estão a possibilidade de ter uma área extensa, que pode abranger diversos municípios e estados, além da gestão compartilhada entre os órgãos públicos e a comunidade local.

No Brasil, as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) desempenham um papel crucial na preservação de diferentes ecossistemas, sejam eles bióticos como a fauna e a flora, estéticos ou culturais. Deste modo, a Proposta da APA das Nascentes do Rio Itapicuru, caracteriza-se por ser uma região estratégica para a manutenção da biodiversidade e do abastecimento humano. No entanto, paralelamente a necessidade de estudos e melhorias em áreas consideráveis a proteção ambiental, o turismo nas áreas naturais emerge como vetor de crescimento, no entanto, sua expansão desordenada e sem controle pode comprometer a qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos para a população que circundam esses atrativos turísticos, assim como também afetam a população que é abastecida através da bacia hidrográfica que situa-se em grande parte dentro da zona turística.

Atividade turística na APA das Nascentes do Rio Itapicuru, embora esteja em pleno desenvolvimento, ainda encontra desafios como falta de planejamento estratégicos e ações que o estruturantes conforme apontado por Negreiros (2021). Deste modo, é possível compreender que apesar das cachoeiras e demais áreas naturais que estão inseridas na APA, serem valiosas do ponto de vista ecológico, geográfico e turístico, exigem atenção em relação ao desenvolvimento turístico sustentável, quando está relacionado a pouca visitação da área, podemos caracterizar essa deficiência na falta de estruturas de acesso, sinalização e controle, que dificultam o pleno desenvolvimento turístico, já quando relacionado ao alto fluxo de turistas, podemos classificar como uma infraestrutura de apoio e controle precária e insuficiente.

Negreiros (2021) enfatiza a necessidade de um plano estratégico para o turismo na APA, priorizando: as melhorias na infraestrutura que são fundamentais para um bom desenvolvimento turístico se caracterizam principalmente pelo acesso, sinalização e controle adequados. O gerenciamento do intenso fluxo de turistas torna-se imprescindível a fim de evitar impactos negativos ao meio ambiente. A gestão estratégica desses atrativos turísticos

pode ser consolidada através do desenvolvimento sustentável visando obter benefícios para as comunidades locais que estão inseridas ou no entorno desses atrativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As recomendações feitas a partir deste estudo baseiam-se na criação de um plano de manejo para a APA das Nascentes do Rio Itapicuru, após a aprovação deste pela Secretaria do Meio Ambiente da Bahia (SEMA). E para uma melhor gestão da APA das Nascentes do Rio Itapicuru elencamos as seguintes sugestões: realização de mapeamento e a caracterização dos atrativos turísticos, desenvolvimento dos produtos e serviços turísticos sustentáveis de modo que este colaborem para o desenvolvimento das comunidades circunvizinhas a APA; a capacitação de profissionais que atuam no setor turístico; promoção de educação ambiental para os visitantes; montagem de uma rede de monitoramento dos impactos do turismo no meio ambiente; buscar o envolvimento da comunidade local na gestão da APA e dos atrativos turísticos disponíveis na região; e em um trabalho posterior a disposição dos resultados em um Sistema de Informação Geográfica (SIG) acessível a todos. Os benefícios provenientes da estruturação da APA das Nascentes do Rio Itapicuru são: Preservação do meio ambiente; desenvolvimento socioeconômico sustentável comunitário; melhoria da qualidade de vida e do poder aquisitivo da população local e aumento da competitividade do turismo na região.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Estado da Bahia. SEMA - Secretaria do Meio Ambiente. **Criação de APA propõe preservação das nascentes da Serra da Jacobina**. 2019. Disponível em: https://www.meioambiente.ba.gov.br/noticia/2024-02/13447/criacao-de-apa-propoe-preservacao-das-nascentes-da-serra-da-jacobina. Acesso em: 16 mar. 2024.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. **Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia**: Volume 3. Salvador: SEI, 2014. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/perfil_dos_territorios/territorio_identidade_vol03.pdf. Acesso em: 5 maio 2025.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa. Recursos hídricos : conceituação, disponibilidade e usos. Texto de Márcio Moreira Alves. Brasília: **Coordenação de Publicações**, 2004.

BRASIL. Lei nº 6.902, de 10 de julho de 1981. Dispõe sobre a criação das Áreas de Proteção Ambiental. Brasília, DF: **Diário Oficial da União,** 11 jul. 1981.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 19 jul. 2000.

BRASIL. Lei Nº 11.771, de 17 de Setembro de 2008. Dispõe sobre a política nacional de turismo, institui o Sistema Brasileiro de Turismo - SISBTUR, cria o Conselho Nacional de Turismo - CNTUR e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 221, p. 1, 18 set. 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cadeia do Espinhaço: avaliação do conhecimento científico e conservação**. Brasília: MMA, 2010. Disponível em: https://www.conservation.org/docs/default-source/brasil/megadiversidade_espinhaco.pdf. Acesso em: 5 maio 2025.

DELIBERAÇÃO CBHI 003/2022. Disponível em: http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/files/Deliberao_CBHI_N_003_-_2022_-_Sobre_APA_Nascentes_do_Itapicuru.pdf. Acesso em: 06/05/2024.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA [EMBRAPA]. Manejo de recursos hídricos. **Perguntas e respostas**. [2022]. Disponível em: https://www.embrapa.br/tema-manejo-de-recursos-hidricos/perguntas-e-respostas. Acesso em: 12 abr. 2024.

EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO [EMBRATUR} - Política Nacional de Turismo. Brasília: **EMBRATUR**, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas geográfico escolar**. 5. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

MENDES, Amilton; SILVA, Richard. A relativa abundância de água, com belas e majestosas cachoeiras em meio à frondosa vegetação natural ainda preservada, atrai turistas e fomenta iniciativas de turismo sustentável, ecológico e de natureza que já começam a se estruturar em diferentes áreas da região. In: MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). Ecocídio das serras do sertão: volume 1. Paulo Afonso, BA: **SABEH**, 2021. Capítulo 8, p. 289-312.

NEGREIROS, Gustavo H. de. Serras da Jacobina e a Proposta da APA Nascentes d Rio Itapicuru. In: MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). Ecocídio das serras do sertão: volume 1. Paulo Afonso, BA: **SABEH**, 2021. Capítulo 9, p. 317-331.